

# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA



D.O.

Poderes  
Executivo e  
Legislativo

ANO XVI - Nº 2226 - QUINTA-FEIRA, 31 DE JULHO DE 2025 - Distribuição gratuita

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Prefeita  
YARACINTIA ROCHANOQUEIRA

Vice-Prefeito  
JOSÉ RENATO DOS SANTOS BARRETO

### ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

Procuradoria Geral  
JANDERSON MORAIS MIRANDA

Controladoria Geral do Município  
FABIANO PESSANHA RANGEL

Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Humano  
CLAUDINÉIA ALVES INTO RODRIGUES

Secretaria de Meio Ambiente  
LUCIANA LANDIM SOFFIATI

Chefia de Gabinete  
JAIRO GUIMARÃES BATISTA

Secretaria de Educação, Cultura e Tecnologia  
LUIZ GUSTAVO GOMES RIBEIRO

Secretaria de Saúde  
FAUAZI RIBEIRO CHERENE

Secretaria de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo  
LUIZ GONZAGA DA SILVA

Secretaria de Governo e Relações Institucionais  
CARLOS CASTILHO DO NASCIMENTO

Secretaria Muicipal de Esporte  
LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO

Secretaria de Transporte  
RIZONILTON JÚNIOR DOS SANTOS RAIMUNDO

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento  
CARLOS FABIANO ALMEIDA SÁ

Secretaria de Administração e Recursos Humanos  
CLAUDIO CARDOSO VALINHAS OTERO

Secretaria de Fazenda  
JULIO MARCOS IZABEL NICOLAU

Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
DENIVAL ALVES CORREA NETO

Empresa Municipal de Trânsito (EMTRANSFI)  
PAULO HENRIQUE RIBEIRO CASTELAR

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
ENALDO VIEIRA BARRETO

Secretaria de Segurança, Ordem Pública, Defesa civil  
MILSON DE FREITAS MOTA

Secretaria de Pesca  
JOSÉ ROBERTO MARQUES BARRETO

### GABINETE DA PREFEITA

DECRETO MUNICIPAL Nº 106 DE 24 DE JULHO DE 2025.

INSTITUI O REGULAMENTO CEMITERIAL E FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DO SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, MEDIANTE DISCIPLINA DA LEGISLAÇÃO LOCAL ACERCA DOS CEMITÉRIOS E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, Estado do Rio de Janeiro, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e;

CONSIDERANDO a necessidade de organização e aprimoramento da administração dos cemitérios e dos serviços funerários prestados no âmbito do Município de São Francisco de Itabapoana;

CONSIDERANDO a necessidade iminente de ampliação da oferta dos serviços cemiteriais hoje oferecidos à população, garantindo-se ainda a sua qualidade e adaptação às exigências ambientais e de saúde pública, tendo como vetor o princípio da sustentabilidade;

CONSIDERANDO que, no caso dos cemitérios públicos, o Ente Público é o titular da propriedade (sepulcro), cujo atributo do uso passa a ser concedido ao delegatário do serviço, porquanto a concessão de uso do imóvel público seja instrumental à concessão dos serviços cemiteriais e dos funerários a eles correlatos;

CONSIDERANDO que a constituição de "direitos sobre sepulcro", nas relações jurídicas havidas entre concessionários e permissionários de serviços públicos cemiteriais e respectivos usuários, rege-se pelo direito privado, mas deve merecer a regulação e a fiscalização devidas por parte do ente delegante;

CONSIDERANDO, por outro lado, que o regime jurídico de direito privado que disciplina os direitos pessoais e reais deve ser obtemperado pela circunstância de o sepulcro ser bem público de uso especial (artigo 98, inciso II, do Código Civil), cuja destinação não pode ser desvirtuada;

CONSIDERANDO a laicidade do Estado e o respeito à dignidade da pessoa humana, viva ou morta, que vedam a criação de restrições ao sepultamento com fundamento em crença religiosa ou discriminação fundada em raça, sexo, cor, trabalho ou convicções políticas;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 34 das Disposições Transitórias da Lei Orgânica do Município de São Francisco de Itabapoana;

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 30, Incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na Lei Orgânica do Município de São Francisco de Itabapoana, especialmente em seu Artigo 59, Inciso VIII, bem como o disposto no Artigo 167-A, do Código Tributário Municipal;

DECRETA:

#### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Regulamento Cemiterial e Funerário do Município de São Francisco de Itabapoana, mediante disciplinando a construção, o funcionamento, a utilização, a administração, a delegação e a fiscalização dos cemitérios públicos e privados, bem como da execução dos serviços funerários no âmbito do Município de São Francisco de Itabapoana.

§ 1º Este Regulamento diz respeito somente aos cemitérios destinados ao sepultamento de corpo cadavérico humano.

§ 2º Inclui-se na regulamentação dos serviços funerários municipais a disciplina do funcionamento dos crematórios, das agências funerárias e das casas de artigos funerários.

Art. 2º É vedado criar restrições ao sepultamento com fundamento em crença religiosa ou discriminação fundada em raça, sexo, cor, trabalho ou convicções políticas, ressalvado o disposto no Artigo 8º, § 4º, deste Regulamento.

Art. 3º Nos cemitérios não se permitirá a perturbação da ordem e tranquilidade, o desrespeito aos sentimentos alheios e a convicções religiosas ou qualquer outro comportamento ou ato que fira os princípios éticos e atente contra os costumes e a dor alheia.

#### TÍTULO II DOS CEMITÉRIOS

Art. 4º Os cemitérios situados no Município de São Francisco de Itabapoana poderão ser:

I - públicos, quando pertencentes ao domínio municipal;

II - privados, quando pertencentes ao domínio privado, ainda que destinados ao sepultamento de quaisquer pessoas.

Art. 5º Na sede da administração de cada cemitério devem ser expostas, para consulta pública, planta geral do cemitério e plantas parciais de cada quadra ou setor, de modo a serem facilmente feitas identificação e localização de cada sepultura.

Art. 6º Por sepultura entende-se o lugar, no cemitério, destinado à inumação de cadáveres.

Parágrafo único. Nos cemitérios públicos, as sepulturas serão padronizadas e construídas pela Administração Municipal, conforme projeto constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 7º Toda sepultura deverá apresentar condições para que não haja liberação de gases ou odores pútridos que possam poluir ou contaminar o ar e para que não haja contaminação do lençol de água subterrâneo, de rios, de valas, de canais, assim como de vias públicas.

§ 1º Todo sepultamento deverá ser feito abaixo do nível do terreno, nos cemitérios tipo parque e do tipo tradicional, salvo o disposto no Artigo 8º desta Lei.

§ 2º Os sepultamentos, nos cemitérios tipo tradicional, em gavetas, consolos ou prateleiras, abaixo ou acima do nível do terreno, somente serão permitidos em construções definitivas, desde que tais construções possuam instalações, previamente aprovadas pela autoridade municipal, que permitam enterramento em condições satisfatórias de higiene pública.

Art. 8º Toda sepultura será obrigatoriamente revestida, constituindo carneiro, salvo as covas rasas constituídas anteriormente à entrada em vigor deste Regulamento.

§ 1º Excluem-se da parte inicial do disposto no caput deste artigo as gavetas e prateleiras e as sepulturas integrantes de cemitério do tipo vertical.

Art. 9º Ficam proibidos sepultamentos em covas rasas em cemitérios públicos, salvo nos casos de grandes epidemias ou calamidade pública.

§ 3º As covas rasas serão substituídas pelos jazigos sociais, assim entendidos aqueles de tarifa mais acessível aos usuários.

§ 4º Admitir-se-á, excepcionalmente, a existência de sepultamento em cova rasa em cemitério particular, desde que decorrente de imperativo religioso e que o cemitério se destine exclusivamente a membros da associação religiosa permissionária.

Art. 9º Todo cemitério deverá possuir:

I - instalações administrativas constituídas por escritórios, almoxarifado, vestiários e sanitários de pessoal, e depósito para materiais de construção;

II - salas para velório - uma para cada dez mil sepulturas ou fração, em se tratando de cemitérios dos tipos tradicional e parque; uma para cada mil sepulturas ou fração em se tratando de cemitério do tipo vertical;

III - local para informações;

IV - sanitários públicos;

V - local para estacionamento de veículos;

§ 1º As áreas de estacionamento serão independentes das destinadas à passagem de pedestres e terão acessos próprios, devendo haver a previsão de uma vaga para cada quinhentos metros quadrados (500,00 m2) de área de terreno ocupado por sepulturas, atribuindo-se a cada vaga a área de vinte metros quadrados (20,00 m2), salvo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º No caso de cemitério vertical, a previsão será de uma vaga para cada trezentos metros quadrados (300,00m2) de área construída e ocupada por sepulturas.

§ 3º Todo o lixo proveniente de varreduras e demais dejetos e materiais imprestáveis deverão ser consumidos em unidade central de incineração, tecnicamente adequada, de modo a evitar, inclusive, a poluição do ar.

§ 4º Só será permitida a incineração de restos mortais em unidade central de cremação, tecnicamente adequada, de modo a evitar, inclusive, a poluição do ar, devendo os fornos crematórios ser previamente aprovados pela autoridade municipal.

#### CAPÍTULO I DOS CEMITÉRIOS PÚBLICOS

Art. 10. Os cemitérios públicos serão laicos e poderão ser administrados diretamente pelo Município ou explorados mediante concessão.

Parágrafo único. A concessão de serviços cemiteriais e funerários de cemitérios públicos à iniciativa privada será disciplinada pelo Título VII deste Regulamento.

Art. 11. Aplicam-se aos cemitérios públicos, no que couberem, as disposições deste regulamento que se dirijam aos cemitérios em geral e ainda as especificações técnicas aplicáveis aos cemitérios particulares tipo tradicional, parque e vertical, formas que também poderão revestir os cemitérios públicos.

Parágrafo único. Salvo regra expressa, essas especificações só se aplicarão aos cemitérios públicos que se instalem após a expedição deste Regulamento ou às áreas de ampliação dos já existentes.

#### CAPÍTULO II DOS CEMITÉRIOS PARTICULARES

Seção I

Normas Gerais

Art. 12. Considera-se cemitério particular o pertencente ao domínio privado, destinado ao sepultamento de quaisquer pessoas ou ao sepultamento exclusivo de membros de associações civis ou militares.

Art. 13. O estabelecimento dos cemitérios particulares dependerá de permissão da Autoridade Municipal, obedecidos os requisitos legais.

Art. 14. Os atos de permissão, interdição e cassação de cemitério particular são da competência do Prefeito, através de processo encaminhado pelo Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Art. 15. Não se permitirá o estabelecimento de cemitérios particulares em locais inadequados, urbanisticamente impróprios ou esteticamente desaconselhados, assim considerados pelos órgãos municipais competentes, na forma deste Regulamento.

Art. 16. Somente poderá ser permitido o estabelecimento de cemitério particular às entidades que atendam aos seguintes requisitos mínimos:

I - estarem legalmente constituídas;

II - serem titulares de domínio pleno, sem ônus ou gravames, do imóvel destinado ao estabelecimento do cemitério, admitida a promessa de compra e venda irrevogável e irretratável inscrita no Registro Geral de Imóveis, quitada no tocante às áreas de sepultamento, que deverão ser contíguas às de acesso e às mínimas necessárias à administração do cemitério.

Art. 17. O pedido de estabelecimento do Cemitério Particular deverá obedecer ao seguinte processamento:

I - aprovação prévia da localização pelo Prefeito, ouvidos os órgãos municipais competentes, na forma deste Regulamento;

II - aprovação do projeto pelas Secretarias Municipais de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos e de Saúde;

III - Exame das condições legais e regulamentares pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;

IV - permissão do estabelecimento pelo Prefeito;

V - outorga da licença de construção pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;

VI - outorga de licença ambiental pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

VII - aceitação das obras pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;

VIII - aceitação das instalações pela Secretaria Municipal de Saúde;

Art. 18. O requerimento de permissão para o estabelecimento de cemitério particular, dirigido ao Prefeito, deverá ser apresentado à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, que nele opinará.

Art. 19. Facultar-se-á o requerimento inicial consistente em simples pedido de apreciação prévia da localização do cemitério, pelo que poderá ser instruído tão somente com descrição da área, plantas de situação e sucinta apresentação do projeto urbanístico.

Art. 20. O ato de aceitação da localização de cemitério particular será da competência do Prefeito, necessariamente ouvidas a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos e Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A audiência dos órgãos previstos nos dispositivos anteriores não dispensa a de outros órgãos quando prevista em legislação especial.

Art. 21. Após a aprovação prévia da localização do Cemitério Particular, ou desde logo, se assim preferir o interessado, deverá ser apresentado projeto completo e detalhado que, encaminhado à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, será por esta remetido à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos e à Secretaria Municipal de Saúde, para exame dos aspectos de sua competência.

Art. 22. A aprovação do projeto não implicará a outorga da licença para construção das obras, que somente será concedida após a permissão de estabelecimento.

Art. 23. Aprovado o projeto e ouvida a Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, o Secretário de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos encaminhará o processo à apreciação do Prefeito.

Art. 24. A aceitação prévia da localização e a aprovação do projeto não vinculam a decisão do Prefeito, que decidirá discricionariamente quanto à permissão do estabelecimento do cemitério.

Art. 25. Deferida a permissão, a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, obedecidas as normas próprias, licenciará a construção das obras necessárias à execução do projeto aprovado.

Art. 26. Concluídas as obras, além de sua aceitação pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, deverá ainda a permissionária obter a aceitação das instalações e equipamentos pela Secretaria Municipal de Saúde, após o que

solicitará à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos a autorização de funcionamento do cemitério.

Art. 27. Nenhuma sepultura poderá ser negociada antes da outorga da permissão; nenhum sepultamento poderá ocorrer

antes da autorização de funcionamento.

Art. 28. O Cemitério Particular de tipo tradicional ou de tipo parque deverá ter no mínimo 5.000 sepulturas; o de tipo vertical, no mínimo, 500 sepulturas.

Art. 29. Cada Cemitério Particular deverá obrigatoriamente reservar, em caráter permanente:

I - 5% (cinco por cento) do total das sepulturas para enterramento gratuito de indigentes e carentes encaminhados pelo Poder Público Municipal, procedendo-se à exumação no prazo mínimo previsto na Legislação Sanitária;

II - 5% (cinco por cento) do total das sepulturas, para utilização mediante cessão temporária do direito de uso do sepulcro, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, renovável uma só vez, ou prazo máximo de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. A reserva das sepulturas correspondentes às percentagens previstas neste artigo deverá ocorrer preferencialmente por Quadra ou Setor em que se dividir o cemitério, cabendo à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários aprovar sua localização.

Art. 30. Os contratos entre as permissionárias de cemitérios particulares e os titulares de direitos sobre as sepulturas deverão conter obrigatoriamente:

I - cláusula que outorgue à permissionária poderes para receber a citação inicial e representar os titulares de direitos sobre as sepulturas em ações de desapropriação que tenham por objeto o cemitério em que se localizem, não incluídos os poderes de receber e dar quitação;

II - cláusula, quando se tratar de cemitérios tipo parque, que especifique a tarifa da transferência do direito de uso das sepulturas;

III - cláusula que identifique as tarifas de outros serviços cemiteriais e funerários objetos do contrato;

IV - cláusula que contenha a identificação do setor ou quadra de localização da sepultura cujo uso tenha sido cedido, de acordo com o projeto aprovado.

Art. 31. O modelo do contrato a ser celebrado entre as permissionárias de cemitérios particulares e os titulares de direitos sobre as sepulturas deverá ser previamente aprovado pela Procuradoria Geral do Município.

Seção II

Dos Cemitérios Particulares do Tipo Tradicional

Art. 32. A solicitação para o estabelecimento de cemitério tipo tradicional deverá obedecer às normas legais em vigor e às condições estabelecidas neste Regulamento, bem como nos devidos atos normativos ambientais.

Parágrafo único. O projeto apresentado deve oferecer detalhamento que permita julgar das condições de localização, estética, segurança, saúde, meio ambiente e higiene públicas, bem como vias de acesso, facilidades de trânsito e circulação interna de veículos e pedestres.

Art. 33. Constarão obrigatoriamente do projeto os seguintes elementos:

I - sondagens geológicas do terreno - um furo para cada 200m2 - que comprovem a permeabilidade do solo e a inexistência de lençol d'água até 3m abaixo do nível final projetado para as áreas de sepultamento.

II - os níveis finais projetados para as áreas de sepultamento;

III - os projetos completos de esgotos sanitários e de águas pluviais, de abastecimento de água, de iluminação externa, de instalações elétricas de luz e força, de gás e de telefones;

IV - indicação da natureza da pavimentação das ruas, calçadas, alamedas e acessos à sepultura.

Parágrafo único. Eventualmente poderão ainda ser exigidos:

I - projeto de sistema de drenagem que assegure o rebaixamento do lençol d'água ao limite de 3m (três metros) abaixo do nível projetado para as áreas de sepultamento, quando a sondagem geológica o indique acima desse limite.

II - projeto das obras de contenção - muros de arrimo, cortinas etc.

Art. 34. Todas as sepulturas para os cemitérios do tipo tradicional terão que manter um afastamento de 3 (três) metros das divisas do terreno do cemitério.

Art. 35. Os cemitérios do tipo tradicional serão divididos por ruas, formando quadras com a extensão máxima de 30m (trinta metros) em qualquer de seus lados.

Art. 36. As ruas terão largura mínima de 3m (três metros), ladeadas por calçadas com o mínimo de 80cm (oitenta centímetros), e terão declive inferior a 10% (dez por cento).

Art. 37. Deverá haver pelo menos uma rua principal, com largura mínima de 4m (quatro metros), ladeada por calçadas com o mínimo de 1,50m (um metro e meio).

Art. 38. Será obrigatório o fechamento dos terrenos de todos os cemitérios do tipo tradicional com muros de alvenaria ou com paramentos compostos de mureta de alvenaria e gradis metálicos até uma altura de 3 metros.

Art. 39. Todas as sepulturas serão numeradas com algarismos arábicos (1, 2, 3 etc.), em relação à Quadra em que se acharem; todas as Quadras serão numeradas com algarismos romanos (I, II, III etc.), em relação à Rua em que estiverem; todas as Ruas serão numeradas, sendo os números escritos por extenso (um, dois, três etc.).

§ 1º Os números das sepulturas serão postos horizontalmente no meio da mureta, na parte correspondente aos pés; quando não houver mureta, serão colocados em pequenos postes com placas fornecidas pela administração do cemitério.

§ 2º Os números das Quadras e os das Ruas serão colocados em postes com placas, nos ângulos formados pelas Quadras ou pelas Ruas.

Art. 40. As sepulturas para inumação de cadáveres de adultos devem ter a profundidade mínima de 1,55m, o comprimento de 2,20m e a largura de 0,80m.

§ 1º As destinadas a menores de 12 anos e maiores de 7 anos terão a profundidade mínima de 1,55m, o comprimento de 1,80m e a largura de 0,50m.

§ 2º As destinadas a menores de 7 anos terão a profundidade mínima de 1,55m, o comprimento de 1,30m e a largura de 0,40m.

Art. 41. Os carneiros serão feitos exclusivamente pela Administração do Cemitério, de acordo com o tipo aprovado pela Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Art. 42. Sobre a superfície das sepulturas onde tiverem sido construídos carneiros poderão ser colocadas lápides ou erguidos monumentos honoríficos habilitados.

§ 1º Os carneiros subterrâneos não terão mais de 5 (cinco) metros de profundidade.

§ 2º As paredes horizontais e verticais das gavetas terão a espessura mínima de 0,10m.

§ 3º As paredes, piso e teto serão revestidos com material impermeável.

§ 4º As escadas de acesso serão revestidas de mármore, granito ou material igualmente perene, havendo na soleira externa saliência vertical de 0,10m.

§ 5º As portas serão de ferro, bronze ou de madeira chapeada.

§ 6º As saliências terão o máximo de 0,20m sobre as Ruas e a de 0,15m sobre os outros lados, depois de 2,00m de altura, não podendo haver saliências abaixo dessa altura.

Art. 43. Os túmulos, jazigos e mausoléus só poderão ser executados após apresentação, à Administração do Cemitério, de projetos arquitetônicos e estruturais, assinados por profissionais legalmente habilitados.

Art. 44. Por ocasião das escavações tomará o empreiteiro todas as medidas de precaução necessárias para que não seja prejudicada a estabilidade das construções circunvizinhas e dos arruamentos, tornando-se responsáveis o dono da obra e o empreiteiro, solidariamente, pelos danos que ocasionarem.

Art. 45. Todo o material destinado à construção, como tijolos, cal, areia etc., será depositado pelos interessados em local próprio, observadas as regras ambientais cabíveis.

Art. 46. O transporte de materiais nos cemitérios será feito em padiolas ou galeotas; o material que não possa ser transportado por homens, sê-lo-á em plataformas montadas sobre rodas de pneus

Art. 47. Logo que seja concluída qualquer construção, deverão os materiais restantes ser imediatamente removidos pelo encarregado da obra, deixando perfeitamente limpo o local.

Art. 48. Ao deixar o trabalho, deverá o encarregado proceder à limpeza diária das áreas que circundem as construções.

Art. 49. É proibido estragar o pavimento para colocação de andaimes, que deverão apoiar-se sobre pranchões de madeira.

Art. 50. As balaustradas, grades, cercos ou outras construções de qualquer material que seja não poderão ter altura maior de 0,60m sobre o passeio ou terreno adjacente.

Parágrafo único. Excetuem-se deste artigo as cruzes, colunas ou outras construções análogas e os pilares com correntes ou barras que circundam as sepulturas, que poderão ter até 1,20m de altura.

Art. 51. Nas construções sobre sepulturas em caso algum a madeira será admitida.

Art. 52. Todo o terreno, sob o qual se constitua direito à sepultura e em que, após 90 (noventa) dias, não se tenha iniciado qualquer construção, deverá ser guarnecido de uma mureta de alvenaria, rebocada de argamassa de cimento ou de cantaria assentada com argamassa de cimento, tendo como profundidade abaixo do terreno natural 0,30m, e, elevando-se, até 0,25m.

Parágrafo único. O espaço que desse modo ficar determinado será cheio de terra disposta de maneira que as águas provenientes de chuva ou rega tenham imediato escoamento para a sarjeta da rua

Seção III

Dos Cemitérios Particulares Tipo Parque

Art. 53. A solicitação para o estabelecimento de cemitérios tipo parque deverá obedecer às normas legais em vigor e às condições previstas neste Regulamento, aplicando-se-lhe, no que couber, as disposições referentes aos cemitérios do tipo tradicional.

Parágrafo único. Os projetos, além dos demais requisitos, devem assegurar a manutenção das características de parque de que se reveste este tipo de cemitério.

<b>RICARDO ALEXANDRE DA SILVA SANTOS</b> <b>Presidente</b>	<b>ERBSON GOMES PIRES</b>
	<b>EZAQUE SALVADOR DA PENHA</b>
<b>LEANDRO LUIZ COUTO LEMOS</b> <b>Vice-presidente</b>	<b>JARÉDIO BARRETO DE AZEVEDO</b>
<b>NELCIMAR MACEDO DOS SANTOS JÚNIOR</b> <b>Primeiro Secretário</b>	<b>JOÃO ELENO BARRETO DE JESUS</b>
<b>EDIMAR MACEDO CORDEIRO</b> <b>Segundo Secretário</b>	<b>LUIZ CESAR DA SILVA CERQUEIRA</b>
<b>DANIEL OLIVEIRA ABÍLIO</b>	<b>PATRÍCIA MIRANDA CHERENE</b>
<b>EDMAR AZEREDO RIBEIRO</b>	<b>RALPH NASCIMENTO MATA</b>

Art. 54. Nos cemitérios tipo parque serão permitidas construções verticais de sepulturas sobrepostas para inumação de até 3 (três) corpos abaixo do nível do terreno.

§ 1º As sepulturas serão construídas em concreto armado com placas de 0,06 m (seis centímetros) de espessura mínima e terão tamanho mínimo de 2,20 m x 0,80 m x 0,60 m.

§ 2º Não será permitido o erguimento sobre as sepulturas de qualquer construção ou monumento.

§ 3º A cessão de direito de uso das sepulturas incluirá, obrigatoriamente, os preços do lote, da caixa ou das caixas de concreto armado, incluindo escavação, instalação, reaterro e reconstituição do gramado, da lápide e da floreira padronizada.

§ 4º As sepulturas serão feitas exclusivamente pela Administração do Cemitério, de acordo com o tipo aprovado pela Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Art. 55. A identificação de cada sepultura será feita, após o sepultamento, através de placa de mármore ou de outro material permanente, em que conste o número da sepultura e o nome da pessoa ou pessoas sepultadas.

Art. 56. Cada cemitério será obrigatoriamente dividido em setores facilmente identificáveis por placas colocadas em cada um deles, obedecendo ao previsto no artigo 35 deste Regulamento, para os cemitérios tradicionais.

Art. 57. Será obrigatório o fechamento dos terrenos de todos os cemitérios do tipo parque com muros de alvenaria ou com paramentos compostos de mureta de alvenaria e gradis metálicos até uma altura de 2 metros.

Seção IV

Dos Cemitérios Particulares Tipo Vertical

Art. 58. A solicitação para o estabelecimento de cemitério particular tipo vertical deverá obedecer às normas gerais em vigor e às condições estabelecidas neste Regulamento.

Art. 59. O cemitério vertical contará, além do previsto no artigo 9º, no mínimo, os seguintes compartimentos, instalações ou locais:

I - uma sala para culto religioso, com, no mínimo, vinte metros quadrados;

II - local destinado ao acendimento de velas, em área externa à edificação;

III - três elevadores, dois dos quais, pelo menos, com dimensões suficientes para o transporte do féretro;

IV - gerador de energia elétrica próprio, capaz de suprir as necessidades de todo o cemitério, em caso de emergência.

Art. 60. O cemitério vertical obedecerá ainda às seguintes exigências:

I - o pé direito de cada pavimento não poderá ser inferior a dois metros e sessenta centímetros;

II - as circulações de acesso ao jazigo deverão ter, no mínimo, três metros de largura, dotados de ventilação.

Art. 61. Os jazigos deverão obedecer, internamente, as seguintes dimensões mínimas:

I - largura: oitenta centímetros;

II - altura: sessenta centímetros;

III - comprimento: dois metros e trinta centímetros.

Parágrafo único. Os jazigos poderão ser sobrepostos e justapostos, de modo a formar um conjunto, obedecidas as seguintes características:

I - a sobreposição poderá ser, no máximo, quatro jazigos por pavimento;

II - a justaposição poderá ser, no máximo, vinte e cinco jazigos;

III - a cada vinte e cinco jazigos justapostos deverá ser prevista a circulação de acesso.

Art. 62. Todas as sepulturas situadas em cemitérios verticais serão numeradas com algarismos arábicos; os conjuntos de sepulturas serão divididos em setores numerados em algarismos romanos; os setores serão distribuídos por alas numeradas, sendo os números escritos por extenso.

CAPÍTULO III

DOS CREMATÓRIOS

Art. 63. Os cemitérios deverão aparelhar-se convenientemente para proceder à cremação de corpos, excetuando-se os cemitérios pertencentes às Ordens Religiosas, cujas religiões proibam a cremação de cadáveres.

Art. 64. Denomina-se crematório o conjunto de edificações e instalações destinadas à finalidade específica referida no artigo 63, compreendendo, necessariamente:

I - câmaras frigoríficas, para acondicionamento dos corpos;

II - câmaras de incineração e equipamentos específicos para trituração dos ossos;

III - sala de velório, com disposição para urna;

IV - dependências reservadas ao público e à Administração.

§ 1º A instalação de crematório poderá ser efetivada nos seguintes locais:

I - cemitérios, no centro de área ajardinada ainda não utilizada para sepultamento;

I - lote de uso exclusivo a essa finalidade.

§ 2º O projeto e as plantas de crematórios serão apreciados pela Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, que emitirá parecer e os submeterá à análise dos demais órgãos competentes do Município.

Art. 65. O Poder Público poderá determinar às concessionários de cemitérios públicos a construção de crematórios próprios, de acordo com as necessidades da população, cuidando de estabelecer as devidas compensações de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro dos respectivos contratos de concessão, salvo daqueles que já contenham ab initio esta previsão e que, por tal razão, já serviram de base à fixação do devido valor de outorga.

TÍTULO III

DAADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS EM GERAL

CAPÍTULO I

NORMAS GERAIS

Art. 66. Em cada cemitério público objeto de concessão, ou cemitério particular, haverá um administrador responsável indicado pela concessionária ou permissionária a quem a Autoridade Municipal poderá dirigir-se, no exercício do seu poder de fiscalização, e intimar para as providências concernentes à regularidade dos serviços, segurança e conservação do cemitério.

Art. 67. Competirá ao Administrador, além das disposições expressas nas normas reguladoras internas:

I - fiscalizar o quadro do pessoal administrativo e de trabalhadores serviços do cemitério;

II - fiscalizar o pessoal encarregado das construções funerárias;

III - manter a ordem e a regularidade nos serviços, cumprindo e fazendo cumprir as normas em vigor;

IV - atender às requisições das autoridades públicas;

V - enviar, diariamente, à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, relação dos sepultamentos, exumações e demais atividades ocorridas no dia.

Art. 68. O Administrador cuidará para que não trabalhem nos cemitérios menores de 18 anos, pessoas portadoras de moléstias contagiosas ou condenadas por crimes de atentado aos bons costumes.

Parágrafo único. Cada cemitério deverá enviar à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários relação completa, com nome, qualificação e endereço, das pessoas que nele trabalhem.

CAPÍTULO II

DA ESCRITURAÇÃO DOS CEMITÉRIOS EM GERAL

Art. 69. Além dos livros exigidos pela legislação fiscal e outros, cada cemitério terá, obrigatoriamente:

I - Livro de Registro de Sepultamentos;

II - Livro de Registro de Exumações;

III - Livro de Registro de Ossários;

IV - Livro de Registro de Cremações;

V - Livro de Registro das Sepulturas;

VI - Livros-Tombo;

VII - Livro de Escrituração Contábil da Taxa de Manutenção;

VIII - Livro de Registro de Reclamações;

IX - Talão de Recibos.

Parágrafo único. Os livros de registros cemiteriais e funerários deverão ser digitalizados, para fins de guarda, conservação e manuseio mediante tecnologias atualizadas, na forma do artigo 251 deste Regulamento, até que somente sobrevivam como documentos históricos.

Art. 70. Todos os livros deverão ser aprovados pela Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários e por ela serão autenticados, mediante termo de abertura, rubrica de todas as folhas, seguidamente numeradas, e Termo de Encerramento.

Art. 71. A Administração do cemitério será obrigada a manter os registros contábeis e de ocorrências nas melhores condições de guarda e conservação, encadernados e guardados em cofres que ofereçam os necessários requisitos de segurança, principalmente contra incêndio e furto.

Art. 72. No livro de registro de sepultamentos serão anotados todos os sepultamentos ocorridos no dia, em ordem de hora, dia, mês e ano.

§ 1º O registro conterá todas as indicações necessárias à identificação da sepultura em que tiver ocorrido o sepultamento;

§ 2º O registro conterá os nomes, sobrenomes, apelidos, etc., dos sepultados de acordo com a documentação apresentada para o sepultamento.

§ 3º O registro indicará a documentação apresentada para o sepultamento, tal como atestado de óbito, certidões, guias etc.

Art. 73. No livro de registro de exumações serão anotadas todas as exumações ocorridas do dia, em ordem de hora, dia, mês e ano.

Parágrafo único. Obedecer-se-á, quanto ao registro das exumações, ao disposto nos parágrafos do artigo anterior, para o registro de sepultamentos, acrescentando- se, ainda, se for o caso, o nome da autoridade requisitante.

Art. 74. No livro de registro de ossários serão anotados todos os enterramentos de restos mortais (ossos) ocorridos no dia, em ordem de hora, dia, mês e ano.

Parágrafo único. Obedecer-se-á, quanto ao registro de ossários, ao disposto nos parágrafos do artigo 72, para o registro de sepultamentos.

Art. 75. No livro de registro de cremações serão anotadas todas as cremações ocorridas no dia, em ordem de hora, dia mês e ano.

Parágrafo único. Obedecer-se-á, quanto ao registro de cremações, ao disposto nos parágrafos do artigo 72 para o registro de sepultamentos.

Art. 76. Os livros de registro de sepultamentos, exumações, ossários e cremações serão escritos por extenso, sem abreviações, nem algarismos, neles não devendo haver emendas, rasuras, borrões ou substituições de qualquer natureza.

Art. 77. Nos livros-tombo far-se-á, sucintamente, anotações dos registros feitos nos livros de sepultamentos, exumações, ossários e cremações, com indicação do número do livro e folhas onde se encontram os registros integrais dessas ocorrências.

Parágrafo único. Os livros-tombo serão escriturados, um, por ordem de número das sepulturas, outro, por ordem alfabética do nome das pessoas cujos cadáveres foram sepultados, exumados ou daqueles cujos restos mortais foram transferidos para os ossários ou cremados.

Art. 78. No livro de registro das sepulturas indicar-se-ão aquelas sobre as quais já se constituíram direitos, com o nome, qualificação e endereço de seu titular, bem como se anotarão as transferências ocorridas.

Parágrafo único. A Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários poderá autorizar, a seu juízo, e mediante requerimento da administração do cemitério, a substituição deste livro por fichário próprio, cujas fichas serão por ela igualmente aprovadas e autenticadas.







Parágrafo único. Não estão incluídas nas instalações de que trata este artigo a área destinada ao depósito de materiais, a área destinada aos plantonistas e demais dependências.

Art. 157. As agências funerárias instalar-se-ão em área mínima de 20 m2, observadas as disposições da legislação vigente.

Parágrafo único. Em se tratando de criação de filial, admitir-se-á, quanto às dimensões, a utilização de lojas com área mínima de 25 m2, desde que um dos estabelecimentos existentes atenda à exigência do caput deste artigo.

Art. 158. As agências funerárias deverão manter, obrigatória e permanentemente, depósito com um número mínimo de 20 (vinte) caixões, urnas e esquifes de modelos tabelados.

Art. 159. É terminantemente proibida a exposição de mostruários fora do estabelecimento, devendo permanecer restrita à sala especialmente destinada para este fim.

Art. 160. As agências funerárias terão que possuir, no mínimo, 1 (um) telefone, em nome da empresa.

#### SEÇÃO II

##### DA ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS FUNERÁRIAS EM UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Art. 161. Fica proibida a presença de pessoas dentro de Unidades de Saúde do Município do Município de São Francisco de Itabapoana vendendo ou agenciando vendas de produtos ou serviços de agências funerárias, com exceção dos plantonistas de que trata o artigo 162.

§ 1º As atividades previstas na parte inicial do caput deste artigo serão classificadas como vendas ambulantes e sujeitarão as empresas que desrespeitarem este dispositivo às penas da legislação em vigor, inclusive, à perda do alvará de funcionamento.

§ 2º O servidor municipal que, direta ou indiretamente, facilitar a atividade irregular de agências funerárias será submetido a inquérito administrativo e sofrerá as penalidades previstas na legislação em vigor, o que poderá, inclusive, culminar na respectiva demissão.

Art. 162. As empresas funerárias participantes do regime de plantão instituído em resolução específica arcarão, de maneira partilhada, com os custos da manutenção das instalações, do mobiliário e dos equipamentos das salas de assistência ao funeral.

Art. 163. Os agentes funerários, sempre que assumirem seus plantões, ficam obrigados a registrar no Livro de Registro de Atendimentos e Ocorrências, o estado das instalações, mobiliário e equipamentos, descrevendo qualquer dano constatado nos mesmos, bem como qualquer outra irregularidade verificada.

§ 1º A formalização da ocorrência deverá ser assinada, constando o respectivo número de registro do agente funerário na Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

§ 2º As despesas decorrentes dos reparos de instalações, mobiliário e/ou equipamentos serão rateados entre as agências funerárias plantonistas daquela unidade hospitalar onde ocorreram os danos.

Art. 164. As agências funerárias plantonistas que não cumprirem com as normas pertinentes ao funcionamento das salas de assistência ao funeral ficarão sujeitas às penalidades da legislação vigente.

Art. 165. Fica atribuída à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, a competência para fiscalizar o desempenho das atividades desenvolvidas pelas agências funerárias plantonistas nas Salas de Assistência ao Funeral, de acordo com o estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, adotando as medidas necessárias junto a essa Pasta (SMS) e à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, para que se mantenha a eficiência dos serviços funerários prestados.

#### SEÇÃO III

##### DO AGENTE FUNERÁRIO

Art. 166. O agente funerário é aquele a quem, na qualidade de titular, sócio, diretor ou empregado de empresa de serviços funerários, com idade mínima de 18 (dezoito) anos, seja outorgada essa habilitação pela Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, a requerimento das respectivas empresas funerárias.

Parágrafo único. A habilitação de que trata o caput deste artigo será formalizada mediante a expedição de carteira de agente funerário, renovável anualmente.

Art. 167. Aos agentes funerários são atribuídas atividades de contratação dos serviços funerários em nome das empresas que representam, sendo-lhes vedado o exercício de atividade em nome próprio, como profissionais autônomos, sem prejuízo da responsabilidade pessoal por crimes e danos provocados.

Art. 168. Para a obtenção da carteira de agente funerário serão exigidos: cópia de carteira profissional, cópia da carteira de identidade, dois retratos 3x4, comprovante de residência e declaração de responsabilidade do titular da agência funerária à qual está vinculado.

Art. 169. A carteira de agente funerário será assinada pelo Coordenador da Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, sobre carimbo e com sinete do órgão competente.

#### CAPÍTULO III

##### DAS EDIFICAÇÕES MORTUÁRIAS

Art. 170. Para efeito da presente regulamentação, considera-se edificação mortuária aquela que seja dotada de sala de velório, de sala de administração, de sanitários públicos e de local para estacionamento de veículos.

Parágrafo único. Cada edificação mortuária deverá possuir, no mínimo:

I - uma sala de velório;

II - um sanitário público masculino e um feminino.

Art. 171. Para efeito do presente Regulamento, considera-se sala de velório o compartimento destinado ao velório de corpo cadavérico humano, dotado de sala de repouso e instalação sanitária contíguas.

Art. 172. As edificações mortuárias são:

I - adequadas, quando localizadas no interior de cemitérios;

II - toleradas em edificações situadas nos logradouros onde se localizam cemitérios;

III - toleradas, na forma de ato normativo próprio, a ser expedido pelo Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos, na hipótese do § 1º deste artigo.

§ 1º Excepcionalmente, na forma de ato normativo próprio, mediante autorização da Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, o velório poderá ser realizado no interior de templos religiosos, na sede de associações de moradores e em outros recintos solenes, desde que o local apresente condições mínimas de conforto e higiene e seja gratuita a sua utilização.

§ 2º A autorização de que trata o parágrafo anterior terá que ser obtida para cada velório.

§ 3º Ressalvada a localização no interior de cemitérios, as edificações mortuárias só serão permitidas em edificação de uso exclusivo no lote, com uma só numeração.

§ 4º O interior da sala de velório não poderá ser visível do logradouro e dos prédios vizinhos.

#### CAPÍTULO IV

##### DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS

#### SEÇÃO

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 173. As permissionárias de serviços funerários, além das cláusulas contratuais, obrigar-se-ão a:

I - cumprir o presente Decreto e demais normas baixadas pelas autoridades competentes;

II - observar rigorosamente as tabelas de tarifas do órgão competente;

III - submeter-se à fiscalização dos órgãos competentes;

IV - promover o aprimoramento dos serviços funerários

V - tratar o público com cortesia, respeitando a dor alheia.

Art. 174. As empresas prestadoras dos serviços funerários afixarão em cada estabelecimento, em local visível ao público, com os preços do material à venda e os valores das tarifas máximas vigentes.

§ 1º As empresas de serviços funerários discriminarão, obrigatória e individualizadamente, de acordo com a identificação constante da tabela de tarifas em vigor, todos os itens dos serviços tabelados contratados, indicando os respectivos valores.

Art. 175. As empresas de serviços funerários ficam obrigadas a remeter à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, mensalmente, a relação das notas fiscais emitidas com a discriminação de todos os serviços prestados e materiais vendidos, contendo também a data, o número do documento, o valor da operação e os nomes do falecido e do responsável pelo sepultamento, com o respectivo endereço.

Art. 176. As permissionárias dos serviços funerários ficam obrigadas a apresentar, anualmente, até o último dia útil do primeiro trimestre civil, certidão negativa de débitos fiscais e tributários do Município do Rio de Janeiro.

Art. 177. As permissionárias dos serviços funerários sempre submeterão à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, previamente à sua realização, as alterações dos atos constitutivos da pessoa jurídica para a qual foi permitido o serviço.

Art. 178. O corpo cadavérico humano será sempre acompanhado da nota fiscal dos serviços contratados.

Parágrafo único. Uma das vias da nota fiscal de serviços será retida, obrigatoriamente, no cemitério onde se der o sepultamento, para posterior remessa à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Art. 179. As empresas de serviços funerários e as concessionárias de cemitérios públicos e demais permissionárias que explorem os cemitérios no Município do Rio de Janeiro são obrigadas a prestar à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários as informações solicitadas e a apresentar os livros e documentos de registro das operações vinculadas ao agenciamento de funerais.

Art. 180. O Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos poderá instituir livros e outros documentos visando ao controle e à fiscalização dos serviços funerários.

Art. 181. Os permissionários não poderão se negar, sob nenhum pretexto, a prestar serviços de menor categoria e tarifas que venham a ser solicitados pelos usuários, sendo obrigada, na falta daqueles, a prestar os de categoria superior.

Parágrafo único. A denúncia escrita e a comprovação de infração do disposto neste artigo sujeitará o permissionário à perda da permissão, mediante instauração de regular processo administrativo, em que lhe seja assegurada ampla defesa.

#### SEÇÃO II

##### DO TRANSPORTE FUNERÁRIO

Art. 182. As permissionárias prestadoras de serviços funerários terão que possuir, no mínimo, 1 (um) veículos apropriados para remoção do corpo cadavérico humano.

§ 2º A qualquer tempo, os veículos terão que se apresentar limpos e em perfeitas condições de higiene, funcionamento, conservação e estética.

Art. 183. Os veículos deverão ter dimensões mínimas compatíveis com o tamanho dos caixões, urnas ou esquifes existentes no mercado e deverão:

I - atender às deliberações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) sobre transporte de cadáver humano;

II - estar padronizados com as seguintes características:

a) a identificação traseira será aposta no para-brisa traseiro do veículo, com a inscrição "funerária", com letras de, no mínimo, 10 cm (dez centímetros);

b) os veículos deverão estar equipados com presilhas ou outro dispositivo, para fixar os caixões, urnas ou esquifes;

c) é vedada a colocação de qualquer outro tipo de letreiro, engenho ou artefato publicitário.

d) os veículos funerários deverão estar equipados com divisória interna inteiriça, isolando completamente a cabine do motorista da mesa do corpo cadavérico humano, de acordo com as normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§ 1º Os veículos de que trata o artigo 182 serão vistoriados anualmente pela Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

§ 2º Sempre que houver troca de veículo, em qualquer época, será obrigatória a vistoria pela Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

§ 3º Atendidos todos os requisitos, será colocado no vidro frontal o selo de conformidade emitido pela Comissão Municipal

de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

#### SEÇÃO III

##### DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Art. 184. A apresentação do corpo cadavérico humano em sala de velório, no interior ou fora do cemitério, deverá se fazer acompanhar de:

I - Nota Fiscal de Serviços,

II - Certidão de Óbito ou cópia da Declaração de Óbito.

§ 1º Não sendo possível o atendimento ao inciso II deste artigo, as agências funerárias deverão apresentar declaração, por escrito, do que consta na Declaração de Óbito, no verso da 2ª via da Nota Fiscal de Serviços, dela constando, obrigatoriamente, o número da Declaração de Óbito; o nome do morto; o local, a data, a hora do óbito; a causa da morte; a observação médica, se houver, que reduza o tempo de duração do velório; e o nome e o número de registro do CRM do médico declarante do óbito.

§ 2º A declaração de que trata o parágrafo anterior deverá ser assinada pelo titular ou agente funerário cadastrado, que assumirá responsabilidade legal pela transcrição das informações.

Art. 185. O transporte do corpo cadavérico humano deverá ser acompanhado, obrigatoriamente, da nota fiscal de serviços.

Art. 186. O corpo cadavérico humano apresentado no cemitério para sepultamento será acompanhado de certidão de óbito extraída pela autoridade competente, ou documentação legal que a substitua e da nota fiscal de serviços.

Art. 187. Nenhum sepultamento se fará sem certidão de óbito extraída pela autoridade competente ou documentação legal que a substitua.

Parágrafo único. O documento de que trata este artigo será apresentado, no máximo, até 01 (uma) hora antes do horário marcado para o sepultamento.

Art. 188. É proibido o uso de nota fiscal de compra de material (urnas, esquifes, caixões etc.) em substituição à nota fiscal de serviços, para efeito do estabelecido neste Regulamento.

#### SEÇÃO IV

##### DAS ATIVIDADES DE HIGIENIZAÇÃO, TAMPONAMENTO, CONSERVAÇÃO DE RESTOS MORTAIS HUMANOS E TANOTOPRAXIA

Art. 189. O embalsamamento e a formalização, técnicas de conservação de restos mortais humanos, deverão ser processados em consonância com as normas sanitárias vigentes, a serem utilizados quando:

I - o sepultamento ocorrer após 24 (vinte e quatro) horas do momento do óbito;

II - o cadáver for transportado, por via terrestre, para localidade cuja distância for superior a 250km (duzentos e cinquenta quilômetros);

III - o cadáver for transportado, por via aérea, para outra localidade;

IV - o óbito se der por doença transmissível e o corpo for transportado para outra localidade;

V - o médico que expediu o atestado de óbito julgar conveniente.

Art. 190. A tanotopraxia destina-se ao emprego de técnicas que visam à conservação de restos mortais humanos, reconstrução de partes do corpo e embelezamento por necromaquiagem.

Art. 191. As atividades de conservação de restos mortais humanos e/ou tanatopraxia são permitidas em logradouros dotados de rede de esgoto sanitário, devendo ser observadas as regras ambientais.

Art. 192. As atividades de higienização, tamponamento, conservação de restos mortais humanos e tanatopraxia são permitidas:

I - em logradouros definidos no ato normativo de que trata o artigo 172, inciso III, deste Regulamento;

II - no interior de cemitérios e somente se exercidas pelas concessionárias ou pelas permissionárias dos respectivos cemitérios;

III - em edificações de uso exclusivo no lote, com uma só numeração;

IV - em edificação de uso exclusivo de agência funerária e em local adequado, com acesso independente, obedecidas todas as demais condições estabelecidas no presente Regulamento e na legislação em vigor.

Art. 193. Deverá ser reservada área para estacionamento ou guarda de veículos, atribuindo-se uma vaga para cada 30 m2 (trinta metros quadrados) de área útil de sala destinada à atividade de conservação, de higienização, tamponamento, restos mortais humanos e tanatopraxia.

Art. 194. As atividades de higienização, tamponamento e procedimentos de conservação de restos mortais humanos serão exercidas em compartimento de uso exclusivo cuja visibilidade não seja possível a pessoas estranhas à atividade.

§ 1º O compartimento destinado às atividades previstas neste artigo obedecerá aos seguintes parâmetros:

a) dimensão mínima de 3,50m (três metros e meio) e área mínima de 14,00 m2 (quatorze metros quadrados);

b) sala com acesso restrito aos funcionários do setor, devendo possuir área mínima de 9,00m2 para uma mesa tanatológica, acrescentando-se 5,00m2 por mesa tanatológica adicional;

c) condições mínimas de iluminação e ventilação previstas na legislação edilícia;

d) paredes e pisos revestidos de material lavável, impermeável e facilmente higienizável;

e) acesso isolado com porta, que deverá permanecer fechada durante a execução das atividades.

§ 2º O compartimento destinado às atividades previstas no presente artigo disporá de:

a) mesa de aço inoxidável para o embalsamamento, conservação e/ou restauração de cadáver;

b) mesa auxiliar em aço inoxidável para colocação do material necessário;

c) armário em aço inoxidável para guarda de material;

d) equipamento próprio (seringas, agulhas, recipientes para soluções etc), de uso exclusivo para as atividades de que se trata;

e) recipiente adequado para destino de restos cadavéricos, quando houver, na forma da legislação em vigor;

f) equipamento de expurgo próprio para as sujidades e os resíduos cadavéricos, conforme regulamentação ambiental.

Art. 195. Todas as técnicas para o funcionamento de estabelecimento funerário e congêneres deverão seguir as normas estabelecidas pela ANVISA.

Art. 196. O embalsamamento e a formalização deverão ser feitos por pessoal técnico em tanatopraxia, devidamente certificado por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, em salas apropriadas, devidamente aprovadas pela autoridade sanitária e localizadas nos Hospitais, Casas de Saúde, Maternidades, Instituto de Medicina Legal e Agências Funerárias.

§ 1º As atividades de conservação de restos mortais humanos e/ou tanatopraxia poderão ser executados por profissionais com escolaridade mínima de ensino médio e com qualificação específica comprovada, desde que sejam supervisionados pelo Responsável Técnico;

§ 2º A comprovação da especialização de que trata o parágrafo anterior far-se-á mediante a apresentação do título de especialista registrado em conformidade com o que estabelece o Conselho Federal de Medicina - CFM, ou fornecido por entidades associativas de médicos, de âmbito nacional, acreditadas junto ao referido Conselho.

#### CAPÍTULO V

##### DAS PERMISSÕES

#### SEÇÃO I

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 197. A permissão para exploração de serviços funerários será concedida pelo Prefeito, mediante lavratura de Termo de Permissão elaborado pela Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, às empresas que atendam às disposições deste Decreto e da legislação em vigor, após oitiva da Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Art. 198. A permissão obtida por prestador de serviços funerários em consonância com o estabelecido neste Decreto para a exploração de tais serviços não poderá ser transferida a terceiros, sob pena de cancelamento da respectiva permissão.

Art. 199. O pedido de autorização para formalização de alteração contratual, com a substituição de titulares na composição das pessoas jurídicas permissionárias de serviços funerários, será apresentado à Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, que disciplinará, por ato próprio, quais documentos deverão ser apresentados para esta finalidade pelos interessados.

Art. 200. O termo de permissão, de acordo com o modelo aprovado pelo órgão competente, será firmado a título precário, por tempo indeterminado, enquanto a permissionária bem servir e atender às disposições legais.

Art. 201. A permissão poderá ser revogada a qualquer tempo, quando o permissionário incorrer em transgressão às disposições deste Regulamento.

§ 1º O desempenho será aferido mediante a avaliação da regularidade da empresa permissionária, através da fiscalização do órgão competente, relativamente à prestação dos serviços, do atendimento ao público e da observância às normas e notificações do Poder Público.

§ 2º As reclamações do público, com representação por escrito, relativas à qualidade dos serviços ou à inobservância dos preços fixados, serão encaminhadas ao órgão permitente para a devida apuração e para adoção das providências legais cabíveis.

#### SEÇÃO II

##### DAS PERMISSIONÁRIAS

Art. 202. A permissionária exercerá rigoroso controle de seus funcionários, garantindo também o comportamento moral e o respeito devido ao público e aos mortos.

Parágrafo único. Quando em serviço, os funcionários das permissionárias deverão usar crachás de identificação, nos termos de ato normativo próprio.

Art. 203. A mudança de endereço da permissionária, por qualquer razão, deverá ser justificada e previamente autorizada pela Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários, que atenderá às exigências deste Decreto.

Parágrafo único. Nenhum permissionário poderá instalar-se ou transferir seu domicílio antes de realização de vistoria local pelos órgãos competentes, os quais atestarão a sua regularidade, conforme as exigências previstas na legislação em vigor.

#### SEÇÃO III

##### DAS PENALIDADES

Art. 204. A inobservância das disposições contidas neste Capítulo sujeitará o permissionário às seguintes penalidades, aplicadas separada ou cumulativamente:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão ou cassação da permissão e do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. O permissionário responderá objetivamente pelas infrações cometidas por seus empregados ou prepostos, eximindo-se o Poder Concedente da responsabilidade por quaisquer danos por eles cometidos, bem como por seus encargos trabalhistas e previdenciários.

Art. 205. A permissionária que descumprir qualquer norma constante deste Capítulo, em função de fato constatado pela fiscalização ou denunciado por escrito pelo usuário e devidamente apurado pelo órgão permitente, será advertida expressamente, através de publicação expedida pela Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos que especificará o dispositivo desobedecido e fixará prazo para a regularização, se for o caso.

Art. 206. A reincidência ou o não atendimento do preceito imposto, no prazo e forma estabelecidos, implicará a aplicação de multa cabível.

Art. 207. Será aplicada a pena de suspensão da permissão, de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias, a critério do Titular da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, à permissionária que:

a) deixar de afixar a tabela de preços dos serviços em local visível;

b) expuser mostruários fora do estabelecimento ou voltados diretamente para a rua;

c) deixar de apresentar à fiscalização, quando solicitado, os livros e documentos referentes à prestação dos serviços permitidos.

Art. 208. A permissionária terá cassada a sua permissão quando:

a) cobrar tarifas superiores às fixadas na tabela;

b) sofrer processo falencial ou de recuperação judicial;  
c) paralisar as atividades por tempo superior a 30 (trinta) dias consecutivos, sem prévio aviso à Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;  
d) praticar qualquer tipo de fraude ou irregularidade relativa à captação, execução e prestação dos serviços funerários, comprovadas através de sindicância promovida pelo órgão competente;  
e) transferir a permissão.

Parágrafo único. A permissionária que sofrer a penalidade prevista na alínea "d" deste artigo ficará impedida de obter nova permissão pelo prazo de 04 (quatro) anos.

#### SEÇÃO IV DOS RECURSOS

Art. 209. Aplicada a penalidade, após regular processo administrativo, terá o permissionário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da notificação, para interpor recurso dirigido ao órgão fiscalizador, que o julgará em 20 (vinte) dias.

Parágrafo único. O instrumento recursal deverá ser instruído com os documentos necessários à comprovação dos fatos articulados e será recebido com efeito suspensivo.

Art. 210. Negado provimento ao recurso na instância administrativa superior ou ultrapassado o prazo estabelecido no artigo anterior sem a iniciativa do permissionário, terá este o prazo de 10 (dez) dias para cumprir a penalidade imposta, salvo no caso de cassação.

#### TÍTULO VI DAS AGÊNCIAS FUNERÁRIAS E CASAS DE ARTIGOS FUNERÁRIOS

Art. 211. A mudança de local das agências funerárias atualmente existentes fica condicionada à solicitação prévia à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Parágrafo único. A solicitação deve ser acompanhada de justificativa quanto ao novo local e o projeto deve obedecer às exigências da regulamentação em vigor.

Art. 212. As agências funerárias só poderão ser instaladas em edificações para as quais haja uso exclusivo para esse fim.

Art. 213. As agências funerárias e casas de artigos funerários não poderão exibir mostruários que deem diretamente para a via pública ou firam, de qualquer modo, a sensibilidade pública.

Art. 214. As agências funerárias ficam obrigadas a remeter à Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários relação de seus titulares, sócios, diretores e empregados, com nome, qualificação e endereço.

#### TÍTULO VII DAS DELEGAÇÕES DE SERVIÇOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 215. Os serviços cemiteriais - e funerários, que lhes sejam acessórios - podem ser delegados à iniciativa privada, mediante concessão, em caso de cemitérios públicos, precedidas de concorrência pública e permissão, se privados.

Parágrafo único. Os serviços funerários prestados de forma autônoma aos cemiteriais serão exclusivamente regidos pelo Título V deste Regulamento, salvo no que diz respeito à fixação das devidas tarifas.

Art. 216. Deve constar da concorrência para concessão de exploração dos serviços cemiteriais, sempre que couber, a exigência de instalação e funcionamento de equipamentos para a cremação de corpos, sob pena de multa contratual e de impedimento à prorrogação da concessão.

Parágrafo único. A concorrência deverá ser realizada em prazo anterior ao término dos contratos em vigor, a fim de que não haja solução de continuidade na administração dos cemitérios.

##### CAPÍTULO II DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Art. 217. As concessionárias/permissionárias deverão prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, modicidade e cortesia na sua prestação e que atenda à regulamentação específica estabelecida pelo Poder Público.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade de técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Art. 218. As concessionárias/permissionárias exercerão rigoroso controle de seus funcionários, com relação ao comportamento moral e o respeito devido ao público e aos mortos.

Parágrafo único. Quando em serviço, os funcionários das concessionárias/permissionárias deverão usar crachás de identificação.

Art. 219. É obrigatória a apresentação da tabela de tarifas, aprovada por ato próprio do Secretário Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, por ocasião da solicitação dos serviços.

Parágrafo único. As notas fiscais expedidas deverão discriminar os serviços prestados, o respectivo valor, o nome e o responsável pelo sepultamento, com o respectivo endereço.

Art. 220. A denúncia escrita e a comprovação de infringência sujeitará a concessionária/permissionária à perda da concessão/permissão, mediante instauração do processo administrativo.

Art. 221. A suspensão provisória ou a interdição de um cemitério não exoneram o Município ou a concessionária, se tratar de cemitério público, ou a permissionária, em se tratando de cemitério particular, nem os titulares de direitos sobre as sepulturas, de sua conservação e manutenção.

##### CAPÍTULO III DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 222. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, são direitos e obrigações dos usuários de serviços cemiteriais e funerários:

- I - receber serviço adequado;
- II - receber do poder concedente/permitente, da concessionária ou permissionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- III - obter e utilizar o serviço, com liberdade de escolha, observadas as normas do poder concedente/permitente, devendo o concessionário/permissionário do serviço orientá-los neste sentido;
- IV - levar ao conhecimento do Poder Público e da concessionária ou permissionária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado;
- V - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária ou permissionária na prestação do serviço;
- VI - contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhes são prestados os serviços;
- VII - manter em boas condições de segurança, salubridade e decência os sepulcros, cujo uso lhes seja cedido ou aos seus, bem como não abandoná- los;
- VIII - manter atualizados seus registros perante a Administração do cemitério, quando titulares de direitos sobre sepulcro;
- IX - pagar pontualmente as tarifas que lhes sejam imponíveis;
- X - ter garantido o serviço cemiterial ou funerário superior pelo mesma tarifa do básico, caso este não esteja disponível;
- XI - ter acesso ao jazigo social e à cremação social, independentemente de sua situação sócio-econômica;
- XII - ter acesso à gratuidade, caso comprovada a hipossuficiência financeira para arcar com os custos das tarifas básicas (sociais) sem prejuízo do próprio sustento.

Parágrafo único. As reclamações do público, com representação por escrito, relativas à qualidade dos serviços ou à inobservância das tarifas fixadas, serão encaminhadas ao poder concedente/permitente para a devida apuração e para adoção das providências legais cabíveis.

##### CAPÍTULO IV DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE/PERMITENTE

Art. 223. São direitos e obrigações do Poder Público especificamente quanto aos serviços cemiteriais e funerários:

- a) regulamentar o serviço delegado;
- b) cumprir e fazer cumprir as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes à delegação;
- c) fiscalizar permanentemente a sua prestação, neste caso, através do órgão fiscalizador competente;
- d) valer-se das cláusulas exorbitantes relativas à pactuação das delegações, sempre que couber;
- e) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais, conforme previsto em contrato;
- f) decretar a caducidade ou a extinção dos direitos ao sepulcro, quando couber, após o devido processo administrativo;
- g) intervir na prestação do serviço, nos casos e condições previstas em lei, no Regulamento e no contrato;
- h) extinguir a concessão ou permissão, nos casos previstos em lei, no regulamento e na forma prevista no contrato;
- i) fixar as tarifas dos serviços e seus reajustes, por intermédio da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos, mediante ato normativo próprio;
- j) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas dos contratos de concessão e de permissão;
- k) zelar pela boa qualidade dos serviços, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, neste caso, através do órgão fiscalizador competente;
- l) estimular o aumento da qualidade, produtividade, competitividade, obedecida a preservação e proteção de meio ambiente;
- m) garantir a plena execução da concessão e da permissão, com o auxílio do órgão de fiscalização competente;
- n) receber as tarifas correspondentes aos serviços prestados, se executados por seus próprios órgãos.

##### CAPÍTULO V DOS ENCARGOS DAS CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Art. 224. São direitos e obrigações dos delegatários de serviços cemiteriais e funerários:

- I - prestar serviço adequado;
- II - respeitar os mortos;
- III - cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas do contrato de concessão ou termo de permissão;
- IV - permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;
- V - nos casos de concessão, promover as desapropriações e construir as servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;
- VI - captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação de serviço;
- VII - receber e cobrar as tarifas a que faça jus dos usuários dos serviços;
- VIII - pagar as taxas e tarifas que lhes sejam imponíveis;
- IX - manter atualizados os registros relativos à aquisição e transferência de direitos sobre sepulcro, comunicando-os prontamente ao órgão fiscalizador;
- X - prover a construção de crematório, quando couber;
- XI - garantir o serviço superior se o básico não estiver disponível;
- XII - cumprir as demais obrigações legais, regulamentares e contratuais que lhes sejam impostas.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão de obra, feitas pela concessionária ou permissionária, serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária ou a permissionária e o poder concedente.

Art. 225 A infração às normas legais e regulamentares sujeitará os cemitérios à suspensão temporária de atividades, interdição e cassação da permissão, e as agências e casas funerárias, ao fechamento temporário e à cassação do alvará de localização, afora as sanções específicas previstas para cada caso.

##### CAPÍTULO VI DA POLÍTICA TARIFÁRIA

Art. 226. As tarifas cobradas diretamente dos usuários são o componente básico da remuneração devida às concessionárias e permissionárias dos serviços públicos cemiteriais e funerários no âmbito do Município de São Francisco de Itabapoana,

observados os princípios aplicáveis aos serviços públicos, entre os quais, o da modicidade das tarifas.

§ 1º No caso de concessão e permissão de serviços cemiteriais e funerários que lhes sejam acessórios, caberá ao Poder Público, através de resolução tarifária anual de reajuste, a fixação das tarifas dos serviços prestados.

§ 2º As tarifas referentes à prestação dos serviços funerários compulsórios, como tais definidos neste Regulamento, prestados pelas permissionárias de cemitérios particulares, serão fixadas pelo Poder Público, aplicando-se, à falta de tarifas específicas, as vigorantes para os cemitérios públicos.

Art. 227. Aos cemitérios será defeso exigir, para sepultamento, que os serviços funerários que não digam respeito diretamente à inumação sejam prestados por si ou por empresas que determinem, sendo livre aos usuários a escolha.

Art. 228. No caso da prestação de serviços funerários de forma autônoma, ficam os permitentes obrigados a cumprir as regras que lhe próprias deste Regulamento e a resolução tarifária de reajuste cabível.

Art. 229. Ao Poder Concedente/Permitente caberá fixar as Tarifas de Serviços prestados pelos cemitérios e pelas agências funerárias, na forma deste Regulamento, bem como os respectivos reajustes.

Parágrafo único. A fiscalização da cobrança das tarifas poderá ser feita pela Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários ou por comissões especiais por ela constituídas e a ela subordinadas, assegurados, em qualquer caso, amplos poderes de exame e investigação de publicidade dos trabalhos por meio de relatórios anuais com a demonstração dos cálculos das tarifas em vigor.

Art. 230. Quando os serviços funerários puderem ser qualificados em mais de um grau de qualidade, as tabelas deverão fixar os preços para cada categoria.

Parágrafo único. Os cemitérios e agências funerárias não poderão negar-se à prestação de serviços de categoria inferior a quem os requeira, sob pena de, prestando os de categoria superior, não poderem cobrar senão as tarifas para aqueles fixadas.

Art. 231. As tarifas serão estabelecidas visando à prestação do serviço adequado, aos interesses dos titulares de direitos sobre as sepulturas e usuários, à justa remuneração do investimento por parte dos delegatários, em caso de concessões e permissões de cemitérios, e as necessidades de manutenção, melhoramento e expansão do serviço, tendo sempre por fundamento o princípio da modicidade.

Art. 232. O Poder Concedente/Permitente poderá estabelecer fontes acessórias de receita em favor da concessionária ou permissionária, de acordo com as peculiaridades do serviço concedido ou permitido.

§ 1º Ficam proibidas as cobranças de fontes acessórias de receita não autorizadas pelo Poder Concedente.

§ 2º Caberá ao Poder Concedente observar o princípio da modicidade, tarifária, bem como a vinculação das fontes acessórias de receita a tal finalidade.

Art. 233. Às tarifas assegurar-se-á o seu valor real ao longo do prazo contratual, por meio de reajuste periódico, que será publicado, anualmente, através de Resolução Tarifária de competência privativa do Titular da Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos.

Art. 234. Em razão da execução dos correspondentes serviços cemiteriais e funerários obrigatórios, podem ser cobradas dos usuários tarifas de:

- I - fornecimento de caixões, urnas e esquifes que lhes sejam instrumentais;
- II - fornecimento de caixa para colocação de ossos que lhes sejam instrumentais;
- III - atendimento aos usuários;
- IV - transporte do corpo cadavérico humano;
- V - sepultamento (inumação);
- VI - exumação;
- VII - cremação;
- VIII - colocação de caixa plástica com ossos;
- IX registros de atos cemiteriais e funerários;
- X - expedição de títulos ou certidões;
- XI - constituição e transferência de titularidade de direitos ao sepulcro;
- XII - transladação de corpo, de uma sepultura para outra, do mesmo cemitério;
- XIII fornecimento de materiais para titulares de direitos sobre sepulcro;
- XIV - construção de carneiro, inclusive escavação, instalação do jazigo, reaterro e reconstituição do gramado;
- XV - fornecimento e colocação de lápide de granito nos cemitérios tipo parque;
- XVI - gravação de letra em granito;
- XVII - fornecimento e colocação de floreira de plástico;
- XVIII - aluguel de sala de velório com essa por 24 (vinte e quatro) horas;
- XIX aluguel de carneiros e catacumbas e respectivas renovações;
- XX - aluguel de ossário;
- XXI - manutenção anual de cemitérios para titulares de direito sobre sepulturas;
- XXII - pelos demais serviços previstos na Resolução Tarifária devida.

§ 1º A especificação dos serviços cobertos pelas tarifas elencadas nos incisos deste artigo deverá constar da Parte Anexa à Resolução Tarifária anual de reajuste.

§ 2º Caberá aos permitentes de cemitérios particulares atender aos percentuais de gratuidade previstos no artigo 28 deste Regulamento.

§ 3º Inclui-se na política tarifária da concessão de serviços públicos a possibilidade de cobranças de tarifas do concessionário/permissionário, desde que contratualmente previstas.

§ 4º O preço da construção e implantação do jazigo nos cemitérios parques está incluído no contrato particular de cessão de uso perpétuo de sepultura, conforme contrato a ser aprovado pela Procuradoria Geral do Município.

Art. 235. A fixação do valor das tarifas deverá levar em conta, além do custo dos serviços e da justa remuneração do eventual concessionário/permissionário, a necessidade de cobertura das gratuidades, de forma que não sejam necessárias outras fontes de custeio que não o próprio valor da outorga do serviço, calculado com base nestas isenções.

Parágrafo único. Também são levadas à conta do valor de outorga de serviços concedidos/permitidos a obrigatoriedade de disponibilidade aos usuários de jazigos sociais e cremações sociais a preços acessíveis aos economicamente mais vulneráveis.

#### TÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS CEMITERIAIS E FUNERÁRIOS

##### CAPÍTULO I DA COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTROLE DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS

Art. 236. A Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários da Secretaria de Conservação e Serviços Públicos, exercerá as seguintes atribuições:

- a) fiscalizar os cemitérios públicos e particulares, zelando pela observância das normas legais e regulamentares sobre a matéria e os contratos e termos de prestação dos serviços;
- b) fiscalizar a cobrança das tarifas dos serviços dos cemitérios e agências funerárias;
- c) opinar, prévia e necessariamente, em todo o pedido de permissão, interdição e cassação de funcionamento de cemitério particular;
- d) opinar, prévia e necessariamente, em todo pedido de interdição, ampliação, redução, instalação ou extinção de cemitério público;
- e) propor ao Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos medidas tendentes ao melhoramento dos serviços funerários e à administração dos cemitérios;
- f) representar ao Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos em caso de inexecução ou má execução dos serviços nos cemitérios públicos ou particulares;
- g) examinar as relações entre a administração dos cemitérios públicos e particulares e os titulares de direitos sobre sepulcro;
- h) aplicar sanções, salvo as reservadas à competência do Prefeito e ressalvada a do Secretário Municipal de Conservação e Serviços Públicos para a declaração da caducidade, em se tratando de cemitérios diretamente administrados pelo Município.

§ 1º No exercício da fiscalização da execução do termo de permissão ou do contrato de concessão, a Comissão, após notificação da delegatária, no prazo legal, terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos, financeiros e humanos da permissionária ou concessionária.

§ 2º As manifestações da Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários não vinculam a decisão da autoridade superior.

Art. 237. A Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários terá a seguinte composição:

I - Presidente: titular da Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários;

II - Vice-Presidente: representante da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;

III - Membros:

- a) 1 (um) representante da Secretaria Municipal Obras, Urbanismo e Serviços Públicos;
- e) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- f) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;
- g) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Fazenda;
- h) 1 (um) representante da Secretaria Municipal da Segurança, Defesa Civil e Ordem Pública;
- i) 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

§ 1º O Presidente, o Vice-Presidente e os membros da Comissão exercerão suas funções sem prejuízo das atribuições de seus respectivos cargos.

§ 2º A comissão se reunirá, semanalmente, com todos os seus membros em sessão de plenário, em caráter ordinário, até no máximo de quatro reuniões mensais e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente da Comissão.

§ 3º O quórum mínimo necessário à realização das reuniões será de quatro membros e as decisões serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, no caso de empate, além do voto comum, o de qualidade.

§ 4º Os integrantes da Comissão, à exceção dos membros da Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários serão indicados pelos respectivos titulares das Secretarias Municipais e designados pelo Prefeito.

§ 5º A Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários poderá recorrer à colaboração de outros órgãos municipais para o desempenho de suas atribuições.

§ 6º A Comissão Municipal de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários organizará o seu Regimento Interno.

#### TÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 238. Para a construção de novos cemitérios ou a expansão dos já existentes deverão ser observadas as regras indispensáveis ao respectivo licenciamento ambiental, de forma a prestigiar o princípio da sustentabilidade ambiental.

Parágrafo único. Para a mitigação do passivo ambiental relativo aos cemitérios já existentes, caberá à Secretaria Municipal de Meio Ambiente indicar, por ato normativo próprio, as medidas cabíveis.

Art. 239. Todos os cemitérios deverão ser submetidos a processo de regularização ambiental que se dará através do Licenciamento Ambiental.

§ 1º O Órgão Ambiental Municipal competente publicará Resolução específica que detalhará a documentação técnica, os procedimentos e os prazos para a regularização ambiental dos cemitérios.

§ 2º Até a data da emissão da Licença Ambiental, a ser concedida no prazo estabelecido pela Resolução de que trata o § 1º deste artigo, será autorizada a operação da atividade, em conformidade com as diretrizes fixadas no referido ato normativo-ambiental, mediante adoção de todas as medidas e providências aprovadas para:

- I - a imediata identificação das áreas em que não será permitido sepultamento abaixo do nível do solo, por risco iminente ao lençol freático;
- II - a garantia de segregação, acondicionamento temporário e destinação correta dos resíduos sólidos gerados pela atividade, conforme legislação vigente, em especial aqueles decorrentes dos procedimentos de exumação; e
- III - adoção de todas as medidas que sejam pertinentes ao adequado tratamento dos efluentes e emissões gerados na



atividade, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 240. Quando o cemitério alcançar o limite de saturação de matérias orgânicas que o torne impróprio para provocar a fermentação, deve ser fechado, e nele não poderão ser feitas inumações ou exumações, salvo, quanto a estas, as necessárias aos interesses da justiça, senão depois de decorrido o prazo julgado necessário, pelas autoridades sanitárias, à desintoxicação do solo.

Art. 241. Os livros de registro e escrituração dos cemitérios públicos deverão ser digitalizados, pelos concessionários de cemitérios públicos, no prazo máximo de 2 (dois) anos a contar da entrada em vigor deste Regulamento, de forma que novas tecnologias da informação possam ser utilizadas na guarda, no manuseio e na atualização dos atos cemiterais e funerários em geral.

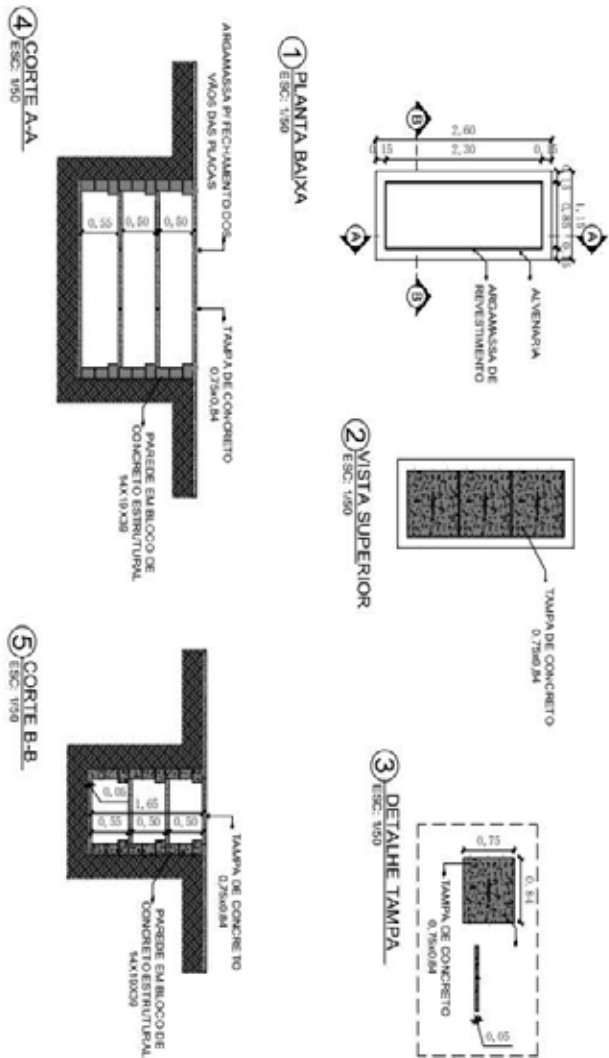
Art. 242. A titularidade das sepulturas já existentes nos cemitérios públicos municipais será regularizada, para adequação às disposições deste Decreto, no que couber, por meio de convocação e procedimento de regularização a cargo da Coordenadoria de Controle de Cemitérios e Serviços Funerários.

Art. 243. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Francisco de Itapoana, 24 de julho de 2025.

YARA CINTHIA ROCHA NOGUEIRA  
PREFEITA

ANEXO ÚNICO



PORTARIA Nº. 590 DE 24 DE JULHO DE 2025.

A PREFEITA DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR;  
RESOLVE:  
EXONERAR a pedido (processo administrativo nº 4892/2025) o servidor LEONARDO GOMES BARRETO PINTO, servidor efetivo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Escola (PCD), lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Tecnologia, com efeitos retroativos ao dia 16 de julho de 2025, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, afixe-se, publique-se e cumpra-se.

São Francisco de Itapoana/RJ, 24 de julho de 2025.

YARA CINTHIA ROCHA NOGUEIRA  
PREFEITA

PORTARIA Nº. 591 DE 24 DE JULHO DE 2025.

A PREFEITA DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEGISLAÇÃO EM VIGOR;  
RESOLVE:  
EXONERAR a pedido (processo administrativo nº 4999/2025) o servidor SAULO CÉSAR LEAL MENESES, servidor efetivo ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Tecnologia, com efeitos retroativos ao dia 21 de julho de 2025, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, afixe-se, publique-se e cumpra-se.

São Francisco de Itapoana/RJ, 24 de julho de 2025.

YARA CINTHIA ROCHA NOGUEIRA  
PREFEITA

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE

ATO DA PRESIDENTE

A presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), no uso de suas atribuições legais, com base na LEI nº 120/2002 e Portaria nº 561/2025, resolve designar o Sr. Manoel Mendes Lucio (Técnico em Meio Ambiente) para exercer a função de Suplente da Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), no período vigente.

Presidente do CMMA: Luciana Landim Soffiati.

Suplente: Manoel Mendes Lucio.

Luciana Landim Soffiati  
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
Portaria nº 561/2025

Republicado por Incorreção

ATO DA PRESIDENTE

A presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA), no uso de suas atribuições legais, com base na LEI nº 120/2002 e Portaria nº 561/2025, resolve atualizar a composição dos membros que constituem a Câmara Técnica de elaboração, execução e monitoramento do Programa Municipal de Educação Ambiental de São Francisco de Itapoana – ProMEA-SFI.

Segue abaixo os servidores Públicos Municipais, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA) e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), juntamente com os membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA):

I - LUCIANA LANDIM SOFFIATI – Secretaria de Meio Ambiente – Secretária de Meio Ambiente;  
II - FABIANA DA SILVA MELO – Secretaria de Meio Ambiente – Diretora de Departamento de Fiscalização;  
III – GIOVANNA SANTOS ALVES DE SOUZA – Secretaria de Meio Ambiente – Assessor I;  
IV – RAFAEL LUZ GUEDES – Secretaria de Educação, Cultura e Tecnologia – Coordenador de Geografia;  
V – SELYCIA CHERENE CRUZ – Secretaria de Educação, Cultura e Tecnologia – Coordenadora de Ciências;  
VI – VANESSA LIMA SCÁFURA ALARCON – Secretaria de Educação, Cultura e Tecnologia – Coordenadora de Atividades Diversificadas;  
VII - ITAI CAMPOS DA SILVA CASTRO – Conselho Municipal de Meio Ambiente – Educador Ambiental;

Canal Verde: (22)99757-6391  
VIII – MANOEL MENDES LUCIO – Conselho Municipal de Meio Ambiente – Técnico em Meio Ambiente;  
IX – KISSILA DA SILVA RANGEL – Conselho Municipal de Meio Ambiente – Educadora Ambiental.

Luciana Landim Soffiati  
Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente  
Portaria nº 561/2025

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 159/2025

O Secretário Municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 90, §2, da lei 14.133/21, torna público os itens registrados na convocação do remanescente da licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 032/2025, Processo Administrativo nº 2583/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

SOUZA E ARAÚJO MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA, CNPJ sob o nº 28.202.687/0001-67						
ITE M	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARC A	UNID .	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Bola de futebol de campo profissional: características: peso: 410-450g circunferência: 68-70 cm / gomos: 14 laminado: pu / construção: termotec câmara: 6d / sistema de forro: termofixo camada interna: neogel processo extra: dupla colagem miolo: cápsula sis	Dualt	unid.	50	85,65	4.282,50
3	Bolsa modelo Profissional desenvolvida para Massagistas e Médicos esportivos. confeccionada em Poliéster estilo Nylon com acabamento em viés de fita de 30mm e um resistente papelão interno de 80mm. Internamente possui 4 divisórias para organizar e distribuir produtos e acessórios, além de 3 bolsos laterais para bisnagas em um dos lados e do outro, 3 elásticos fixadores para tubos. Para o transporte, possui pratica alça de mão em fita reforçada de 30mm e fivelas plásticas para fechamento. Produto fabricado com dimensões aproximadas de 46 cm de comprimento x 32 cm de Altura x 30 cm de Largura e pesando 1230 gramas.	Poker	unid.	20	149,99	2.999,80
4	BOLAS DE FUTSAL OFICIAL Características <b>Peso:</b> 350-380g <b>Circunferência</b> : 55-58cm / <b>Gomos</b> : 14 <b>Laminado:</b> PU / <b>Construção:</b> Ultra Fusion <b>Câmara:</b> 6D <b>Sistema de Forro:</b> Termofixo <b>Camada Interna:</b> Neogel <b>Miolo:</b> Cápsula SIS <b>Processo Extra:</b> Dupla Colagem	Dualt	unid.	20	85,66	1.713,20
9	Rede de Futevolei Especificações: - Logo personalizado na faixa superior e nas laterais; - Dimensões: 9,50m de comprimento por 1,00m de altura; - Faixas: 3 lonas em PVC estampada com	Golden	unid.	20	135,85	2.717,00

	<div>cordas; - Fio: 4mm de polietileno, 100% virgem, com tratamento Anti-UV (contra as ações do tempo); - Malha: 10x10cm; - Cor da faixa: Personalizada; • - Cor da Rede: Branca; ° Suporte de antena: • - Corda de 8mm de Polipropileno em volta da rede; • - 3,50mts de corda 8mm de Nylon nos quatro cantos para esticar a rede.</div>				
TOTAL GERAL					R\$11.712,50

São Francisco de Itapoana-RJ, 28 de julho de 2025.

LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal de Esportes  
Município de São Francisco de Itapoana R/J

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
NÚMERO: 004/2021  
PROC.ADM. Nº 1855/2021  
ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.  
OBJETO: 4ª PRORROGAÇÃO DE PRAZO CONTRATUAL PARA LINK DE ACESSO A INTERNET.  
EMPRESA: R.A. NOGUEIRA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ME.  
CNPJ: 08.094.551/0001-73  
VALOR: R\$ 27.816,00 (VINTE E SETE MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS)  
PRORROGADO O PRAZO: 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 27/07/2025.  
FUNDAMENTO LEGAL: ART. 57, § 1, INCISO II, DA LEI 8.666/93.  
SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA/RJ, 25 DE JULHO DE 2025.

CLAUDINEIA ALVES PINTO RODRIGUES  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2025

O Secretário Municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 90, §2, da lei 14.133/21, torna público os itens registrados na convocação do remanescente da licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 032/2025, Processo Administrativo nº 2583/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

DISTRIBUIDORA SAO FRANCISCANA LTDA CNPJ sob o nº 06.324.022/0001-93						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	Par de Rede para futebol de campo Especificações: 7,50m na largura, 2,50m de altura, 2,00m de recuo superior e 2,00m de recuo inferior; - Malha (Distância entre nós): 15x15cm; - Fio: Confeccionada no fio 4mm de polipropileno de alta tenacidade - 100% virgem, com tratamento contra as ações do tempo (U.V); - Cor: Branca	Gismar	unid.	20	319,40	6.388,00
TOTAL GERAL					R\$6.388,00	

São Francisco de Itabapoana-RJ, 28 de julho de 2025.

LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal de Esportes  
Município de São Francisco de Itabapoana R/J

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 162/2025

O Secretário Municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 90, §2, da lei 14.133/21, torna público os itens registrados na convocação do remanescente da licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 032/2025, Processo Administrativo nº 2583/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

RAMSIG LTDA, CNPJ sob o nº 54.198.647/0001-07						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
6	Par rede de gol para futsal fio 6 malha 10 Confeccionada no fio 6 e na malha 10 em corda trançada entre nós; Material de polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV Cor branca Medidas de 3,00 metros de largura x 2,00 metros de altura x 1,00 metros de recuo inferior	Gismar Redes	unid.	10	179,59	1.795,90
7	Fitas de marcação profissional para quadra de futevôlei de extrema resistência, sendo 100% Polipropileno de alta tenacidade. As extremidades das pontas de cada fita reforçadas e cauterizadas para evitar desfiamento , contendo ilhós para fixação. Características: Modalidades: Futevôlei; Medidas de quadra Futevôlei: 9 metros de largura por 18 de comprimento; Largura da faixa 5cm; 6 Fitas profissionais de 9 metros e 6 fixadores .	Gismar Redes	unid.	20	107,99	2.159,80
TOTAL GERAL					R\$3.955,70	

São Francisco de Itabapoana-RJ, 28 de julho de 2025.

LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal de Esportes  
Município de São Francisco de Itabapoana R/J

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 161/2025

O Secretário Municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 90, §2, da lei 14.133/21, torna público os itens registrados na convocação do remanescente da licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 032/2025, Processo Administrativo nº 2583/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

LAGUNA ESPORTE LTDA, CNPJ sob o nº 52.307.066/0001-22						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
5	Bola de vôlei Peso; 260 a 280g Circunferência; 65-67cm Gomos; 18 Laminado; Microfibra Construção; Termotec Câmara; 6D Sistema de forro; Termofixo Camada interna; Neogel Processo extra; Dupla colagem Miolo; Cápsula SIS	Nedel	unid.	20	90,00	1.800,00
8	Bola de futevôlei CARACTERÍSTICAS Peso: 425-440g Circunferência: 68-69cm Gomos: 32 Laminado: PU Super Soft Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Camada Interna: Evacel Processo Extra: Dupla Colagem Miolo: Cápsula SIS	Pró	unid.	20	109,90	2.198,00
TOTAL GERAL					R\$3.998,00	

São Francisco de Itabapoana-RJ, 28 de julho de 2025.

LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal de Esportes  
Município de São Francisco de Itabapoana R/J

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 022/2025  
Processo Administrativo n. 1328/2025  
Dia: 12/08/2025  
Horário: 10h (dez) horas  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de carnes, destinadas às unidades escolares da rede municipal de ensino.  
Local: <https://bnc.org.br/>

Maria de Fátima Rodrigues de Azevedo  
Pregoeira

AVISO DE CONTINUAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n. 026/2025  
Processo Administrativo n. 1472/2025  
Dia: 11/08/2025  
Horário: 10h (dez) horas  
Objeto: Registro de preços para futura e eventual fornecimento de utensílios de cozinha para atender as unidades escolares da rede municipal de ensino.  
Local: <https://bnc.org.br/>  
Edital: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição para consulta e download no endereço eletrônico <http://138.59.40.26:8079/transparencia/> ou <https://bnc.org.br/>.

Maria de Fátima Rodrigues de Azevedo  
Pregoeira

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2025

O Secretário Municipal, em cumprimento ao disposto no Art. 90, §2, da lei 14.133/21, torna público os itens registrados na convocação do remanescente da licitação, na modalidade Pregão, na forma eletrônica nº 032/2025, Processo Administrativo nº 2583/2025, pelo período de 12 (doze) meses, conforme abaixo:

CASA & CONCEITO MOVEIS E DECORAÇÃO LTDA, CNPJ sob o nº 41.517.063/0001-05						
ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
10	Redes de Vôlei Descrição - Fio: Polietileno 2,5mm - Nylon: Trançado - Malha: 10x10 cm - Lona: 04 emborrachadas sintéticas- com reforço nas extremidades superior e inferior para evitar o corte pelo cabo de aço; ilhós duplo nas extremidades - Quadro estrutural em fio de polietileno em 6mm em toda extensão da rede - Reguladores e ganchos galvanizados - costura dupla com linha 0,40 poliamida - Corda de seda com gancho e reguladores nas extremidades - Tamanho: 9,50x1,00cm - Porta antena (par)	Dalebol	unid.	10	111,90	1.119,00
TOTAL GERAL					R\$1.119,00	

São Francisco de Itabapoana-RJ, 28 de julho de 2025.

LUIZ EDUARDO PEREIRA DO NASCIMENTO  
Secretário Municipal de Esportes  
Município de São Francisco de Itabapoana R/J

HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA 009/2025  
PROC. ADM. Nº 1145/2025  
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE  
DESCRIÇÃO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS  
  
LOTES: 1 A 23, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 44 A 49, 51 AA 55, 60 E 61.  
EMPRESA: XAMAXE SERVIÇOS LTDA ME  
CNPJ: 17.232.835/0001-70  
VALOR: R\$ 51.848,75 (CINQUENTA E UM MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E OITO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)

LOTES: 24, 31, 33, 36, 50 E 59  
EMPRESA: BENÍCIOS PNEUS EIRELI  
CNPJ: 39.535.062/0001-33  
VALOR: 1.191,00 (UM MIL CENTO E NOVENTA E UM REAIS)

LOTES: 27, 30, 32, 37, 39 A 43, 56 E 58.  
EMPRESA: I.M. COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI  
CNPJ: 17.151.411/0001-80  
VALOR: R\$ 4.971,17 (QUATRO MIL, NOVECENTOS E SETENTA E UM REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)

LOTE: 57  
EMPRESA: LINE DIESEL COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA  
CNPJ: 47.587.640/0001-03  
VALOR: R\$ 70,00 (SETENTA REAIS)

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 14.133/2021

SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA, 19 DE MAIO DE 2025

RIZONILTON JÚNIOR DOS SANTOS RAIMUNDO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE  
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ACESSE

www.pmsfi.rj.gov.br